

A. I. N° - 206961.3023/16-0
AUTUADO - M. S. S. BRITO - EPP
AUTUANTE - MARIA CRISTINA MASCARENHAS DE SOUSA ANDRADE
ORIGEM - INFAZ ITABUNA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 10/12/2018

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0145-03/18

EMENTA: ICMS. 1. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. OPERAÇÕES ESCRITURADAS. O Autuado não logrou êxito em elidir a autuação. Comprovado nos autos que os pagamentos efetuados ocorreram depois de iniciada a ação fiscal. Infração mantida com a homologação dos valores recolhidos. 2. AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS FORA DO ESTADO. a) ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. b) ANTECIPAÇÃO PARCIAL. Infrações 02 e 03 reconhecidas. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 31/08/2018, refere-se à exigência de ICMS no valor total de R\$57.979,77, em decorrência das seguintes irregularidades:

Infração 01 - 02.01.18. Falta de recolhimento do ICMS nos prazos regulamentares referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, nos meses de março a junho de 2016. Exigido o valor de R\$47.649,80, acrescido da multa de 60%;

Infração 02 - 07.24.01. Falta de recolhimento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de empresa de pequeno porte não optante do Regime Especial Simplificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional referente a mercadorias provenientes de fora do Estado, no mês fevereiro de 2016. Exigido o valor de R\$213,50, acrescido da multa de 60%;

Infração 03 - 07.24.03. Falta de recolhimento do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa de pequeno porte não optante do Regime Especial Simplificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional referente a mercadorias provenientes de fora do Estado, nos meses de fevereiro a abril de 2016. Exigido o valor de R\$10.116,47, acrescido da multa de 60%.

O autuado apresenta impugnação, fls. 23 a 48. Inicialmente, observa a tempestividade de sua Impugnação e passa a arguir em relação aos fatos da Infração 01, no qual informa o reconhecimento das Infrações 02 e 03.

No que diz respeito à Infração 01, afirma que a Autuante não verificou no histórico de pagamento da SEFAZ, onde consta o pagamento do ICMS dos meses de maio e junho 2016. Assim, diz que a infração procede parcialmente, passando o seu valor para R\$93,67, conforme Doc. 01, que diz anexar, fl. 21.

Por esse motivo declara que, uma vez observado o entendimento exposto, resta demonstrada a existência de irregularidades na autuação e a necessidade de sua desconstituição.

Salienta restar comprovado nos autos que o ICMS já fora recolhido, em 02 e 05/08/2016 através de comprovante anexo (DAE), fl. 21.

Conclui destacando que, conforme o apurado, a dívida que era de R\$57.979,77, passa a ser no valor de R\$10.423,64, o qual fora reconhecido pela Autuada.

Requer a procedência parcial do Auto de Infração.

Ao prestar Informação fiscal, fl. 25, a Autuante assinala que, conforme Termo de Início de Fiscalização, fl. 05, a execução da ação fiscal, consubstanciada pela OS 504428/16, à fl. 23, foi iniciada em 07/07/2016. Assevera que o Autuado, mesmo ciente da ação fiscal, procedera ao recolhimento do ICMS devido, em 05/08/2016.

Sustenta conclusivamente que o autuado tem que recolher aos cofres públicos os valores referentes aos acréscimos e multas pertinentes à infração cometida.

Às fls. 27 e 28, constam extratos do SIGAT referente ao pagamento das reconhecidas Infrações 02 e 03.

VOTO

De início, consigno que no presente Auto de Infração a descrição dos fatos foi efetuada de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e a multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e à ampla defesa, sendo a multa apurada consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, portanto, está revestido das formalidades legais, e não se encontram os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV, do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento.

No mérito, o Auto de Infração exige ICMS em decorrência do cometimento de três infrações à legislação baiana do ICMS, consoante descrição pormenorizada enunciada no preâmbulo do Relatório.

As Infrações 02 e 03 foram objeto de reconhecimento expresso do cometimento das irregularidades pelo Autuado, que efetuou o pagamento do débito, conforme se verifica no extrato do SIGAT acostado às fls. 27 e 28, portanto, ante a inexistência de lide, ficam mantidas as correspondentes exigências.

A Infração 01 imputa ao Autuado a falta do recolhimento do ICMS nos prazos regulamentares referente a operações escrituradas em seus livros fiscais.

Em sede de defesa, o Impugnante sustentou a desconstituição da autuação sob o fundamento de que procedera ao recolhimento das exigências no valor de R\$24.800,06, no dia 02/08/16 e no valor de R\$22.756,07, no dia 05/08/16, conforme comprovantes de pagamento que acosta à fl. 21.

A Autuante, ao prestar informação fiscal, manteve a autuação explicando que o pagamento realizado pelo Impugnante, quando já se encontrava sob ação fiscal que se iniciara em 07/07/16.

Depois de examinar os elementos que compõem esse item da autuação, constato que efetivamente, os pagamentos realizados pelo defendente, além dos débitos correspondentes já se encontrarem vencidos, o que corrobora com a pertinência da acusação fiscal, foram recolhidos depois que o Autuado já se encontrava sob ação fiscal.

Dessa forma, acompanho o posicionamento da Autuante, pela manutenção da exigência fiscal.

Logo, concluo pela subsistência da Infração 01, com a homologação dos valores recolhidos.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores pagos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206961.3023/16-0**, lavrado contra **M. S. S. BRITO - EPP**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor total

de **R\$57.979,77**, prevista no art. 42, inciso II, alíneas “f” e “d” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de setembro de 2018.

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATOR

ANTONIO EXPEDITO SANTOS DE MIRANDA - JULGADOR

LUÍS ROBERTO SOUSA GOUVEA- JULGADOR